

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>19</b>
 <b>Capítulo 1</b>	
<b>Introdução científica do trabalho .....</b>	<b>21</b>
1.1 Abordagem.....	21
1.2 Inserção filosófica .....	22
1.3 Constructivismo lógico-semântico.....	22
1.3.1 Contexto cultural no constructivismo lógico-semântico.....	25
1.4 Linguagem jurídica .....	26
 <b>Capítulo 2</b>	
<b>Estrutura normativa da e na decisão judicial em controle de constitucionalidade .....</b>	<b>31</b>
2.1 Introdução .....	31
2.2 Conceito de norma jurídica .....	32
2.2.1 Norma em sentido amplo e norma em sentido estrito .....	35
2.2.2 Regra matriz de incidência tributária .....	36
2.2.3 Objeto e procedimento: norma primária e secundária .....	37
2.2.4 O que são as “espécies”: normas gerais e abstratas e normas gerais ou individuais e concretas .....	38
2.2.5 Normas de estrutura e normas de comportamento.....	40
2.2.5.1 Princípios como norma de estrutura .....	42
2.3 Validade da norma jurídica e sua importância nas decisões em controle de constitucionalidade.....	46

2.3.1	Validade como relação de pertinencialidade .....	49
2.3.2	Validade como relação de compatibilidade.....	53
2.3.3	Validade adotada para desenvolvimento do tema.	58
2.4	Decisões felizes ou infelizes.....	59
2.5	Que é inconstitucionalidade? .....	67
2.6	Que é vigência?.....	68
2.7	Que é eficácia?.....	69
2.8	Retirada de norma inconstitucional do sistema .....	71

### **Capítulo 3**

<b>Construção de decisão judicial em controle de constitucionalidade.....</b>	<b>75</b>	
3.1	Introdução .....	75
3.2	O juiz diante de uma lacuna no direito .....	75
3.2.1	Lacuna em seu aspecto sintático .....	77
3.2.2	Lacuna em seu aspecto semântico e pragmático...	79
3.3	Interpretação como construção.....	84
3.3.1	Construção e formação dos conceitos.....	89
3.3.1.1	Valores na construção e formação dos conceitos .....	95
3.3.2	Como resolver o problema semântico: ato de escolha .....	100
3.4	Decisão judicial e criação jurídica .....	103
3.4.1	O juiz perante um caso de difícil decisão .....	106

### **Capítulo 4**

<b>Controle de constitucionalidade das normas tributárias e o Supremo Tribunal Federal.....</b>	<b>113</b>	
4.1	Introdução .....	113
4.2	Breve análise histórico-evolutiva do controle de constitucionalidade no Brasil.....	116
4.3	Controle difuso de constitucionalidade .....	120

4.3.1	Princípio da reserva de plenário .....	122
4.3.2	Resolução do Senado .....	124
4.3.3	Efeitos da decisão em controle difuso.....	126
4.3.3.1	Modulação dos efeitos temporais em controle difuso .....	127
4.3.3.2	Sistema de Precedentes Vinculantes .....	134
4.3.4	Transcendência dos motivos determinantes da decisão .....	136
4.4	Controle concentrado de constitucionalidade.....	140
4.4.1	Ação direta de inconstitucionalidade (ADI).....	141
4.4.2	Ação direta de inconstitucionalidade por omissão	144
4.4.3	Ação declaratória de constitucionalidade (ADC).....	148
4.4.4	Medida cautelar .....	150
4.4.5	Efeitos da decisão em controle concentrado.....	154
4.4.5.1	Diferença entre nulidade <i>ex tunc</i> e anulação <i>ex nunc</i> .....	155
4.4.5.2	Modulação dos efeitos em controle concentrado.....	161
4.4.5.3	Efeito vinculante.....	167
4.5	O Supremo Tribunal Federal: órgão jurídico ou político?..	169
4.6	A função do Supremo Tribunal Federal: dar segurança jurídica ao direito que disciplina às relações.....	177

## **Capítulo 5**

	<b>Casos concretos de decisões em controle de constitucionalidade das normas tributárias .....</b>	<b>179</b>
5.1	Introdução .....	179
5.2	Vaguidade e ambiguidade dos signos no controle judicial de constitucionalidade: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS.....	179
5.3	Princípio da igualdade no controle judicial de constitucionalidade: isenção de Imposto sobre a Propriedade de Veículo Automotor – IPVA .....	185
5.3.1	Princípio da legalidade no controle judicial de constitucionalidade: delegação legislativa ao Executivo	

de matéria tributária que se encontra sob reserva legal.....	189
5.3.2 Princípio da não afetação no controle judicial de constitucionalidade: destinação específica do produto da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS a fundo ou despesas sem previsão constitucional .....	192
5.4 Declaração de constitucionalidade em sede de controle concentrado: fato gerador presumido na substituição tributária “para frente” do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS.....	195
5.5 Inconstitucionalidade em controle de constitucionalidade difuso: locação de bens móveis, serviços incluídos na Lista de Serviço do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS .....	206
5.6 Declaração de inconstitucionalidade em controle de constitucionalidade difuso: Imposto sobre a Propriedade de Veículo Automotor – IPVA sobre aeronave.....	210
5.7 Modulação dos efeitos sem controle de constitucionalidade: Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI. Creditamento de aquisição de insumos favorecidos com alíquota zero ....	213
5.8 Não modulação dos efeitos em controle difuso: revogação da isenção da sociedade civil de prestação de serviços profissionais.....	217
5.9 Modulação dos efeitos temporais em controle concentrado: Lei Estadual que institui benefícios fiscais relativos ao ICMS.....	218
5.10 Modulação dos efeitos temporais em controle difuso: Incidência de ISSQN para as atividades exercidas pelas operadoras de plano de saúde.....	220
<b>Capítulo 6</b>	
<b>Conclusões.....</b>	<b>223</b>
Capítulo 1 .....	223
Capítulo 2 .....	225
Capítulo 3 .....	228
Capítulo 4 .....	229
Capítulo 5 .....	233
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>235</b>